

ACERVOS HISTÓRICOS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DIÁLOGOS PARA AÇÕES DE ENSINO

HISTORICAL COLLECTIONS AND HERITAGE EDUCATION: DIALOGUES FOR TEACHING ACTIONS

Juliana Carolina da Silva¹

Ane Gabriele Nogueira Travassos²

Ana Lígia Laurido da Silva³

Rafaele Castro da Silva⁴

Resumo: O presente texto aborda as experiências de criação de materiais didáticos sobre História Regional e a realização de oficinas de ensino de História que contemplam a efetivação da Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08. Baseado na tríade pesquisa, ensino e extensão, promovemos encontros com estudantes do Ensino Básico, do Ensino Superior e com docentes para a construção conjunta da organização, debates, interpretações historiográficas e da criação de materiais didáticos voltados ao ensino/aprendizagem. Utilizamos documentos sobre a história regional, criando possibilidades de usos educativos de fontes documentais oriundas do Arquivo Público do Estado do Amazonas, Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Nacional. Foram criadas duas sequências didáticas intituladas “Massacre do Rio Urubu” e “Acervos sobre Ditadura: usos possíveis no Ensino de História”, com duração de aplicação de 2h30. Essas propostas e os diálogos que as acompanharam tiveram aplicação no formato de oficina e de minicurso, permitindo difundir o mundo da pesquisa histórica para discentes da rede básica, bem como oportunizou o acesso à informação e apropriação do patrimônio documental sobre a região Norte, em especial, do Baixo Amazonas por discentes e por docentes em formação. As oficinas foram realizadas na Estação Cidadania, no CESP/UEA e no IFAM *Campus* Parintins. A realização do projeto fomentou atividades multidisciplinares, com a interpretação de textos, análise crítica de recursos textuais variados, favorecendo a formação de estudantes do Ensino Básico e professores em formação na área de História e em ações para a valorização étnico-racial.

Palavras-chave: patrimônio histórico; educação étnico-racial; memória.

¹ Doutora em História, Docente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Parintins, IFAM/CPIN. juliana.carolina@ifam.edu.br

² Acadêmica do curso de Licenciatura em História, Universidade do Estado do Amazonas, UEA/CESP. agnt.his22@uea.edu.br

³ Acadêmica do curso de Licenciatura em História, Universidade do Estado do Amazonas, UEA/CESP. allds.his22@uea.edu.br

⁴ Discente do curso técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM/CPIN, elizangelacastro1413@gmail.com

Abstract: *This text discusses the experiences of creating teaching materials on Regional History and conducting history teaching workshops that contemplate the implementation of Laws 10.639/03 and 11.645/08. Based on the triad of research, teaching, and extension, we promoted meetings with elementary and higher education students and faculty to jointly develop the organization, debates, historiographical interpretations, and the creation of teaching materials focused on teaching and learning. We used documents on regional history, creating possibilities for educational uses of documentary sources from the Public Archives of the State of Amazonas, the Overseas Historical Archives, and the National Archives. Two teaching sequences were created, entitled "Massacre of the Urubu River" and "Collections on the Dictatorship: Possible Uses in History Teaching," each lasting 2.5 hours. These proposals and the accompanying dialogues were implemented in workshop and short courses, allowing students in the basic education system to learn about historical research. They also provided access to information and appropriation of documentary heritage about the Northern region, particularly the Lower Amazon, for students and pre-service teachers. The workshops were held at Estação Cidadania, CESP/UEA, and IFAM Parintins Campus. The project fostered multidisciplinary activities, including text interpretation and critical analysis of various textual resources, fostering the training of elementary school students and pre-service teachers in the area of history and in initiatives for ethnic-racial appreciation.*

Keywords: *historical heritage; ethnic-racial education; memory.*

INTRODUÇÃO

Uma memória cultural que não é fortalecida ao longo do tempo, inevitavelmente deixará de integrar a vivência dos jovens e levará a ignorância sobre suas raízes. A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que tem como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação (Bezerra; Clerot; Florêncio; Ramassote, 2014). Deste modo, a falta da incorporação da educação patrimonial na formação dos adolescentes representa um percurso em direção ao esquecimento e à desvalorização da cultura e da comunidade, continuidade de preconceitos e na baixa autoestima dos estudantes oriundos de comunidades periféricas.

Quando atingirem a idade adulta, os estudantes que tiverem esse campo ausente de suas formações poderão não se perceber como agentes ativos da cultura e do direito a cidadania. Por isso, o desenvolvimento de ações e projetos laborando com a temática étnico-racial para a valorização dos patrimônios locais e regionais e dos povos que compõem as nossas diversidades, se faz essencial para o fortalecimento da cidadania e da criação de espaços democráticos. Entre as temáticas trabalhadas, destacamos a importância de abordar episódios da história regional frequentemente silenciados, como o Massacre do Rio Urubu (1655), como exemplo de patrimônio cultural esquecido, cuja memória resiste na tradição oral e nas manifestações culturais do município de Silves. Trata-se, portanto, de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, do feixe de relações que estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora, o feixe de significados que a sua presença significativa provoca e desafia (Brandão, 1996).

O presente relato de experiência tem como objetivo apresentar e refletir sobre o desenvolvimento de um projeto de educação patrimonial voltado à valorização da história e da cultura regional, bem como das relações étnico-raciais, realizado com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, com faixa etária entre 13 e 14 anos, de escolas públicas do município de Parintins. A experiência envolveu a realização de oficinas destinadas à elaboração de produtos didáticos orientados para a efetivação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tratam do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na Educação Básica. O projeto foi concebido a partir de uma metodologia de caráter interdisciplinar, articulando áreas como educação, história, cultura, artes, políticas públicas raciais, geografia e língua portuguesa. Ao integrar extensão, pesquisa e ensino, a proposta favoreceu o diálogo entre os saberes produzidos pelos grupos participantes e as discussões desenvolvidas nos processos de ensino e aprendizagem sobre o Patrimônio Histórico.

O local selecionado para a realização das atividades foi a Estação Cidadania João do Carmo, que destaca-se por estar na orla do bairro, próximo as margens do rio e envolto no fluxo dos pescadores e movimentações comerciais derivadas da via fluvial. A escolha do bairro União para abrigar o Projeto dialogou com a busca por promover ações de democratização do acesso a atividades educativas e lúdicas, contribuir para a valorização dos espaços culturais e paisagísticos do bairro, como componentes importantes da história do Baixo Amazonas e do Brasil. Além desse local, o projeto também foi realizado no IFAM *campus* Parintins e no Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade Estadual

do Amazonas (CESP/UEA), com o intuito de favorecer e se complexificar a partir das discussões tecidas com o público de ambas as instituições. A ação contou com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão do IFAM que fomentou a realização das atividades, através do edital nº 002 PROEX/IFAM/2024.

TECENDO EDUCAÇÃO EM NÓS DE MEMÓRIAS

Na abordagem de projetos de extensão, independentemente de sua especificidade, uma das estruturas cruciais a ser delineada são os objetivos, que orientam as metas a serem alcançadas e, assim, definem a metodologia apropriada para guiar as ações do projeto (Baldissera, 2001). Portanto, para a execução das ações extensionistas, são delineadas metodologias específicas para alcançar os objetivos, sendo essas divididas por dois momentos, nos quais o primeiro será composto prioritariamente por arregimentação da equipe técnica, estudos, debates e discussões. Assim, o projeto teve início com a arregimentação da equipe, formada por estudantes do IFAM e do NEAB/UEA, buscando a interação entre estudantes do IFAM, servidores, acadêmicos de Licenciatura em História, de profissionais que atuam nas escolas e nos lugares de memória dos espaços urbanos de Parintins, contribuindo para que nos diálogos e debates pudéssemos efetivar os intentos de uma história que se preocupa com os seus diversos públicos e que produz conhecimento com eles.

Este relato de experiência caracteriza-se como uma abordagem de natureza extensionista e formativa, desenvolvida a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A sistematização da experiência envolveu a descrição e a reflexão sobre os procedimentos adotados ao longo da execução do projeto, compreendendo: a organização e formação da equipe técnica; estudos teóricos e discussões acerca da educação patrimonial e das relações étnico-raciais; pesquisa documental e levantamento de referências; elaboração de materiais e produtos didáticos; planejamento e realização das oficinas com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental; e avaliação das ações desenvolvidas. A apresentação dessas etapas busca evidenciar os processos formativos construídos coletivamente, bem como os desafios e potencialidades da experiência extensionista no contexto da educação patrimonial.

Nos encontros iniciais foi discutido o referencial teórico (Carneiro, Rossi, 2019; Carretero, 2007; Doebber, 2015; Germinari, 2010; Adichie, 2019; Bezerra, 2014), revisadas as etapas do projeto e realizadas discussões sobre a temática. Após isso, passamos para as pesquisas nos bancos de dados dos acervos e estudos sobre leitura de documentos históricos. Foram utilizadas fontes primárias e secundárias pertencentes ao patrimônio documental do Arquivo Público do Estado do Amazonas, Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo Nacional. O estudo da documentação proporcionou espaços para a reflexão sobre os processos ativos de ensino/aprendizagem, valorização étnico-racial, patrimônio e pertencimento. Com a análise de referenciais teóricos e leitura das fontes documentais, os participantes de nível superior e médio criaram trilhas educativas para a reconstrução das trajetórias dos eventos e de pessoas envolvidas nos conteúdos históricos, formulando atividades de Ensino de História voltadas à Educação Patrimonial.

Buscamos que as histórias fossem problematizadas e pensadas em formato de sequência didática a serem utilizadas para o ensino de jovens do 9º ano, formulando guias

de perguntas e respostas que guiassem os estudantes através da leitura e crítica das fontes, para o entendimento do contexto e da agência dos personagens. Ao longo da sequência didática, as ações de cada personagem das fontes foram vistas como pertinentes para entendermos seus protagonismos e construções dentro das estruturas sociais maiores, além de nos levarem ao encontro de homens e mulheres que em outros momentos foram silenciados pela história e/ou marginalizados socialmente (Figura 1).

Figura 1 - Oficina utilizando documentos históricos.



Fonte: acervo particular das autoras, 2024.

Trabalhamos com a temática “Invasões estrangeiras e confederações indígenas”, que possibilitou análises com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial, com comparação informações e a criação de argumentos e pontos de vista explicitados a partir de diferentes tipos de fontes. Buscamos compreender estratégias portuguesas para invasão e expansão na Capitania do Maranhão, com atenção às fortificações e aldeamentos e entender as dinâmicas construídas entre os atores sociais presentes nos documentos observados, indígenas, colonos, jesuítas, autoridades da administração e o contexto da revolta dos Beckman (1684-1685), bem como, perceber a agência dos povos indígenas nos processos de resistência tecida contra os portugueses.

Após a criação dos materiais os aplicamos na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFAM *campus* Parintins e promovemos atividades de introdução a fontes históricas.

As ações do Projeto foram tecidas mediante as trocas interdisciplinares entre História e Arquivologia (no que se refere à exploração das fontes arquivísticas para fins de pesquisa histórica), com a Pedagogia e a Museologia, devido a preocupação com o uso do patrimônio documental para a educação, dentro e fora da escola e das instituições de ensino superior,

bem como, com a Geografia e as perspectivas territoriais. Com os encontros e oficinas criamos uma sequência didática intitulada “Massacre do Rio Urubu”, que buscou refletir sobre o massacre ocorrido em 1655. Neste, as etnias Caboquena, Bararuru e Guanavena reagiram a uma expedição portuguesa de “resgate” de mão de obra indígena, resultando na morte do sargento-mor Antônio Arnau de Vilela e de grande parte de seus homens. Naquele momento, as etnias se organizavam em uma confederação indígena, buscando formas de resistência e organização contra a guerra com os estrangeiros. Em represália, o governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Ruy Vaz de Siqueira, organizou uma incursão punitiva comandada por Pedro da Costa Favela, que massacrou os povos indígenas do rio Urubu, transformando os sobreviventes em prisioneiros e escravizados.

Conforme destaca Sandra Rejane Viana de Almeida (2018, p. 4), esse massacre “representa a barbárie que vitimou e aniquilou povos inteiros, cuja memória ainda resiste na tradição oral e nas manifestações culturais do município de Silves”. Assim, o evento constitui um marco da expansão colonial e da resistência indígena na Amazônia, sendo fundamental para refletirmos, nas oficinas de educação patrimonial, sobre as violências coloniais e as permanências da memória indígena na história regional, que dialoga com a História Regional e a valorização das identidades étnico-raciais presentes em nossa região, contribuindo para a aquisição de habilidades em História, Língua Portuguesa e Geografia. A sequência didática formulada a partir desse evento histórico foi acompanhada pelas fontes documentais, glossário e materiais de apoio que podem ser impressas e utilizadas por professores do Ensino Básico.

Ao combinar teoria e prática, os estudantes atendidos pelo projeto adquiriram habilidades para enfrentar os desafios dos preconceitos e da vida em geral, cultivando uma perspectiva cidadã de pertencimento e com comprometimento com a sociedade à qual pertencem. As narrativas criadas nas oficinas possibilitaram o encontro das singularidades, diversidades étnico-raciais e de gênero e das estratégias que os atores sociais utilizaram no passado, além do entendimento sobre os contextos que possibilitaram tais eventos históricos. Como pontos positivos da realização das atividades destacamos que as atividades trabalharam a diversidade e interseccionalidade na História e possibilitaram uma aproximação com as ações individuais e coletivas de resistência indígena e do protagonismo das etnias regionais na construção da história regional.

Os estudantes voluntários da UEA aplicaram a oficina para os estudantes do IFAM dos cursos integrados ao nível médio e estes, replicaram seus aprendizados em atividades com estudantes do 9º ano. Entretanto, nossos principais desafios foram a adaptação do tempo da oficina para cumprir a duração de hora/aula das turmas escolares e a dificuldade de diálogo sobre o tema devido ao aspecto de desinteresse de alguns estudantes. O escopo do projeto foi a criação de materiais didáticos, mas as discussões e eventos realizados ao longo das atividades proporcionaram a ampliação das ações, de modo que realizamos oficinas, discussões, debates, cine-debates e apresentações de trabalhos. Destacamos os cine-debates e discussões que foram tecidas com estudantes de escolas públicas utilizando como ponto de partida curta-metragens sobre questões étnico-raciais e contaram com a parceria do Programa Ecofalte Universidades (Figura 2).

Figura 2 - Realização de debate com estudantes.



Fonte: acervo particular das autoras, 2024.

Ademais, o ensejo da realização do Projeto oportunizou a realização de outra sequência didática, dentro do campo da História do Tempo Presente. O Segundo tema foi “Acervos sobre Ditadura: usos possíveis no Ensino de História”, a qual foi aplicada no formato de minicurso no Seminário 60 anos do Golpe, na Universidade do Estado do Amazonas. A oficina sobre a ditadura dialogou com a importância de trabalharmos com os eventos traumáticos, pois assim como as guerras e o processo de colonização foi violento, em nossa história existem outros contextos que deixaram marcas e histórias difíceis de serem narradas (Figura 3). A temática da ditadura foi escolhida devido os 60 anos do Golpe e da proximidade de integrantes da equipe do Projeto com fontes documentais sobre o período.

Figura 3 - Equipe de mediadores da oficina (CESP/UEA).



Fonte: Acervo particular das autoras, 2024.

A realização do minicurso, utilizando de fontes documentais de processos de reparação, propunha o ensino da ditadura através das trajetórias de homens e mulheres que empreenderam resistências. As trajetórias selecionadas para aplicação da oficina foram as de Helenira Resende, natural de Assis/SP, cuja trajetória é marcada por um forte engajamento político e uma resistência ativa, foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e integrante da Guerrilha do Araguaia; Eloy Martins, metalúrgico, militante e dirigente comunista do Partido Comunista do Brasil em Porto Alegre/RS, que foi perseguido, sequestrado, preso e torturado pela Ditadura; Thomaz Meirelles, natural de Parintins/AM, que atuou na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), na União Nacional dos Estudantes (UNE), envolveu-se na campanha em defesa da legalidade constitucional, ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e na Ação Libertadora Nacional (ALN). Thomaz foi preso e levado para o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, onde foi interrogado e torturado, pouco tempo depois de solto, voltou a ser preso e nunca mais foi visto; e o padre João Bosco Penido Burnier que, ligado ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi), fazia trabalho pastoral junto a camponeses e indígenas no interior do Mato Grosso, denunciando violências cometidas por latifundiários e agentes públicos, e também foi vítima de assassinato provocado pelo regime militar.

As trajetórias possibilitaram que os estudantes observassem o contexto de maneira prática com estas fontes, também permitindo que entendessem sobre o ofício do/a historiador/a, a importância de determinados/as sujeitos/as dentro do contexto histórico que os rodeia e sobre temas como a tortura, as formas de resistência, a reparação, entre outros, que dialogam sobre a compreensão da cultura histórica e suas implicações no Tempo Presente.

As experiências das aplicações das oficinas também foram apresentadas por discentes participantes do Projeto, em formato de comunicação, na 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas (Figura 4).

Figura 4 - Estudantes apresentando as experiências das oficinas na 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (CESP/UEA).



Fonte: Acervo particular das autoras, 2024.

A realização do Projeto de Ensino e do Projeto de Extensão “Na orla da União: Projeto de Educação Patrimonial na Estação Cidadania” e das atividades em conjunto com os estudantes do NEAB/UEA proporcionaram ações profícuas e espaços nos quais floresceram criatividade e processos de ensino/aprendizagens construídas de forma participativa e dialógica.

A experiência desenvolvida evidenciou contribuições pedagógicas e extensionistas. Das quais, destacam-se a ampliação do acesso de estudantes da educação básica e de licenciandos a fontes históricas regionais, o fortalecimento da valorização das identidades étnico-raciais e do patrimônio documental, bem como o desenvolvimento de habilidades de leitura crítica, interpretação de documentos e argumentação histórica. Observou-se ainda o protagonismo dos estudantes do IFAM *campus* Parintins na mediação e replicação das oficinas, favorecendo processos de aprendizagem colaborativa e de formação cidadã. Entre os desafios enfrentados, destacaram-se a adequação das atividades ao tempo escolar disponível e o engajamento de parte do público participante, aspectos que exigiram adaptações metodológicas ao longo da execução do projeto. Apesar dessas limitações, a experiência possibilitou a ampliação das ações inicialmente previstas, resultando na realização de oficinas, minicursos, cine-debates e apresentações acadêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interconexão entre pesquisa, ensino e extensão foi o alicerce das atividades, com ações como rodas de conversa, grupos de estudo, leituras e dinâmicas relacionadas às temáticas da História Regional e História do Brasil para embasar a criação de materiais didáticos para oficinas de valorização da história e cultura regional e das relações étnico-raciais. Essas atividades foram integradas por estudantes do IFAM, pela bolsista do Projeto e por membros dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFAM e da Universidade do Estado do Amazonas. A partir das atividades realizadas, criamos instrumento de aprendizagem ativa para os estudantes atendidos no projeto na Estação Cidadania, no CESP/UEA e no IFAM.

Buscamos ao longo do Projeto identificar os principais desafios enfrentados pelos estudantes atendidos, tanto em questão de vulnerabilidade social quanto em defasagens educacional, e vislumbrar alternativas viáveis para incentivar uma percepção mais consciente e um comportamento saudável desses jovens em relação ao patrimônio local e da valorização de suas próprias histórias, ancestralidades e composições étnicas e raciais. Por fim, o projeto contribuiu de forma significativa para a formação dos discentes envolvidos, uma vez que oportunizou estudos de referenciais, construção criativa de materiais de ensino, prática em pesquisa e em atividades voltadas ao ofício do/a historiador/a, bem como, proporcionou a realização de atividades acadêmicas, como a escrita e formatação de textos, sistematização dos dados e experiências do projeto e comunicação em evento de divulgação científica, semeando novas ações e pesquisas.

A experiência também reafirma o potencial da educação patrimonial como estratégia para aproximar estudantes de suas histórias, memórias e pertencimentos, especialmente em contextos marcados pela invisibilização de determinados grupos sociais e patrimônios culturais. Os resultados obtidos indicam que o uso de fontes documentais, articulado às discussões sobre relações étnico-raciais e história regional, contribui para a construção de

práticas educativas mais críticas, participativas e contextualizadas. Para futuras ações de extensão, evidencia-se a importância de fortalecer parcerias entre instituições de ensino, espaços culturais e comunidades locais, ampliando as possibilidades de democratização do acesso ao patrimônio histórico e de formação cidadã por meio do diálogo entre pesquisa, ensino e extensão.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Sandra Rejane Viana de. A história contada em movimentos corporais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM SOCIEDADE E CULTURA NA PAN-AMAZÔNIA, 3., 2018, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2018.

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 5-25, ago. 2001.

BEZERRA, Juliana Izete Muniz; CLEROT, Pedro; FLORÊNCIO, Sônia Rampim; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura, educação e interação: observações sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues *et al.* **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; ROSSI, Miriam Silva (org.). **Índios no Brasil: vida, cultura e morte**. São Paulo: Intermeios, 2019.

CARRETERO, Mario *et al.* **Ensino da história e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DOEBBER, Michele Barcelos. Processos de in/exclusão na universidade: um olhar sobre a pesquisa acadêmica e a questão étnico-racial. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPED, 2010.

GERMINARI, Geyso Dongley. **A história da cidade, consciência histórica e identidades de jovens escolarizados**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.